

# RECEITA FEDERAL

Auditor Fiscal

A apostila preparatória é elaborada antes da publicação do Edital Oficial com base no edital anterior, para que o aluno antecipe seus estudos.

Volume I

JN027-NO-A



Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.  
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo [sac@novaconcursos.com.br](mailto:sac@novaconcursos.com.br).

## **OBRA**

Receita Federal do Brasil

Auditor Fiscal

Atualizada até 01/2020

## **AUTORES**

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco  
Espanhol - Profª Katiuska W. Burgos General  
Inglês - Profª Katiuska W. Burgos General  
Raciocínio Lógico-Quantitativo - Profº Bruno Chieregatti e Joao de Sá Brasil  
Administração Geral - Profª Silvana Guimarães  
Administração Pública - Profº Fernando Zantedeschi  
Direito Constitucional - Profº Ricardo Razaboni  
Direito Administrativo - Profº Fernando Zantedeschi e Profª Bruna Pinotti  
Direito Tributário - Profª Mariela Cardoso  
Auditoria - Profª Silvana Guimarães  
Contabilidade Geral E Avançada - Profª Tatiana Carvalho  
Legislação Tributária - Profº Rodrigo Gonçalves  
Comércio Internacional - Profª Mariela Cardoso  
Legislação Aduaneira - Profª Mariela Cardoso

## **PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO**

Roberth Kairo  
Josiane Sarto  
Aline Mesquita  
Leandro Filho

## **DIAGRAMAÇÃO**

Rodrigo Bernardes de Moura  
Thais Regis

## **CAPA**

Joel Ferreira dos Santos



[www.novaconcursos.com.br](http://www.novaconcursos.com.br)

[sac@novaconcursos.com.br](mailto:sac@novaconcursos.com.br)

# APRESENTAÇÃO

## PARABÉNS! ESTE É O PASSAPORTE PARA SUA APROVAÇÃO.

A Nova Concursos tem um único propósito: mudar a vida das pessoas.

Vamos ajudar você a alcançar o tão desejado cargo público.

Nossos livros são elaborados por professores que atuam na área de Concursos Públicos. Assim a matéria é organizada de forma que otimize o tempo do candidato. Afinal corremos contra o tempo, por isso a preparação é muito importante.

Aproveitando, convidamos você para conhecer nossa linha de produtos "Cursos online", conteúdos preparatórios e por edital, ministrados pelos melhores professores do mercado.

Estar à frente é nosso objetivo, sempre.

Contamos com índice de aprovação de 87%\*.

O que nos motiva é a busca da excelência. Aumentar este índice é nossa meta.

Acesse **www.novaconcursos.com.br** e conheça todos os nossos produtos.

Oferecemos uma solução completa com foco na sua aprovação, como: apostilas, livros, cursos online, questões comentadas e treinamentos com simulados online.

Desejamos-lhe muito sucesso nesta nova etapa da sua vida!

Obrigado e bons estudos!

\*Índice de aprovação baseado em ferramentas internas de medição.

### CURSO ONLINE



#### PASSO 1

Acesse:

[www.novaconcursos.com.br/passaporte](http://www.novaconcursos.com.br/passaporte)



#### PASSO 2

Digite o código do produto no campo indicado no site.

O código encontra-se no verso da capa da apostila.

\*Utilize sempre os 8 primeiros dígitos.

**Ex: JN001-19**



#### PASSO 3

Pronto!

Você já pode acessar os conteúdos online.



# SUMÁRIO

## LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão Textual.....	01
Ortografia.....	08
Semântica.....	12
Morfologia.....	16
Sintaxe.....	18
Pontuação.....	28

## ESPAÑHOL

Interpretação de Textos.....	01
------------------------------	----

## INGLÊS

Interpretação de Textos.....	01
------------------------------	----

## RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO

Estruturas Lógicas.....	01
Lógica de Argumentação.....	01
Diagramas Lógicos.....	01
Trigonometria.....	23
Matrizes, Determinantes e Solução de Sistemas Lineares.....	30
Álgebra.....	40
Combinações, Arranjos e Permutação.....	43
Probabilidade, Variáveis Aleatórias, Principais Distribuições de Probabilidade, Estatística Descritiva, Amostragem, Teste de Hipóteses e Análise de Regressão.....	43
Geometria Básica.....	50
Juros Simples e Compostos, Taxas de Juros, Desconto, Equivalência de Capitais, Anuidades e Sistemas de Amortização.....	70
Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio matemático (que envolvam, entre outros, conjuntos numéricos racionais e reais - operações, propriedades, problemas envolvendo as quatro operações nas formas fracionária e decimal; conjuntos numéricos complexos; números e grandezas proporcionais; razão e proporção; divisão proporcional; regra de três simples e composta; porcentagem); raciocínio sequencial; orientação espacial e temporal; formação de conceitos; discriminação de elementos.....	87

# SUMÁRIO

## ADMINISTRAÇÃO GERAL

Planejamento: planejamento estratégico; planejamento baseado em cenários .....	01
Processo decisório: técnicas de análise e solução de problemas; fatores que afetam a decisão; tipos de decisões .....	08
Gestão de pessoas: estilos de liderança; gestão por competências; Avaliação de desempenho; trabalho em equipe; motivação.....	14
Gestão: Gerenciamento de projetos; Gerenciamento de processos, Governança corporativa.....	33
Controle administrativo: indicadores de desempenho; conceitos de eficiência, eficácia e efetividade.....	39
Comunicação organizacional: habilidades e elementos da comunicação .....	77

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Organização do Estado e da Administração Pública .....	01
Modelos teóricos de Administração Pública: patrimonialista, burocrático e gerencial .....	06
Experiências de reformas administrativas .....	06
O processo de modernização da Administração Pública.....	13
Governabilidade, governança e accountability .....	24
Governo eletrônico e transparência.....	28
Qualidade na Administração Pública .....	35
Novas tecnologias gerenciais e organizacionais e sua aplicação na Administração Pública.....	56
Gestão Pública empreendedora.....	59
Ciclo de Gestão do Governo Federal .....	68
Controle da Administração Pública .....	70
Ética no exercício da função pública.....	78
Orçamento público e os parâmetros da política fiscal.....	82
Ciclo orçamentário .....	86
Orçamento e gestão das organizações do setor público; características básicas de sistemas orçamentários modernos: estrutura programática, econômica e organizacional para alocação de recursos (classificações orçamentárias); mensuração de desempenho e controle orçamentário.....	88
Elaboração, Gestão e Avaliação Anual do PPA.....	103
Modelo de gestão do PPA.....	103

# SUMÁRIO

## DIREITO CONSTITUCIONAL

Teoria geral do Estado. Os poderes do Estado e as respectivas funções.....	01
Teoria geral da Constituição: conceito, origens, conteúdo, estrutura e classificação.....	07
Supremacia da Constituição.....	09
Tipos de Constituição.....	10
Poder constituinte.....	10
Princípios constitucionais.....	14
Interpretação da Constituição e Controle de Constitucionalidade. Normas constitucionais e inconstitucionais. Legitimados. Competência dos Tribunais. Efeitos da decisão no controle de constitucionalidade. Emenda, reforma e revisão constitucional.....	14
Análise do princípio hierárquico das normas.....	23
Princípios fundamentais da CF/88.....	23
Direitos e garantias fundamentais.....	25
Organização do Estado político-administrativo. Administração Pública.....	34
Organização dos Poderes. O Poder Legislativo. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária. O Controle Externo e os Sistemas de Controle Interno. Tribunal de Contas da União. O Poder Executivo e o Poder Judiciário. O Ministério Público.....	50
A defesa do Estado e das instituições democráticas.....	83
Da tributação e do orçamento. Sistema Tributário Nacional. Das finanças públicas. Do orçamento.....	87
Da ordem econômica e financeira.....	99
Da ordem social.....	104
Das disposições gerais e das disposições constitucionais transitórias.....	122

## DIREITO ADMINISTRATIVO

Conceito de administração pública sob os aspectos orgânico, formal e material.....	01
Fontes do Direito Administrativo: doutrina e jurisprudência, lei formal, regulamentos administrativos, estatutos e regimentos, instruções, tratados internacionais, costumes. Princípios da administração pública..	03
Administração pública direta e indireta. Órgãos e entidades. Centralização e descentralização da atividade administrativa do Estado. Empresas públicas e sociedades de economia mista. Subsidiárias. Participação do Estado no capital de empresas privadas. Autarquias e fundações públicas. Consórcios públicos.....	09
Terceiro Setor.....	18
Agentes públicos. Servidores públicos em sentido amplo e em sentido restrito. Servidores públicos temporários. Servidores públicos federais estatutários. Empregados públicos.....	20
Disciplina constitucional dos agentes públicos. Legislação federal aplicável aos agentes públicos.....	20
Improbidade administrativa.....	39
Atos administrativos. Requisitos de validade. Atributos. Classificações. Convalidação. Extinção. Atos privados praticados pela administração pública. Fatos administrativos.....	52
O processo administrativo em âmbito federal.....	61
Poderes administrativos.....	71

# SUMÁRIO

Licitações públicas e contratos administrativos. Sistema de Registro de Preços. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores. Pregão presencial e eletrônico e demais modalidades de licitação. Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 2008 e atualizações posteriores. Contratação de micro empresas e empresas de pequeno porte. Regime diferenciado de contratações públicas, Instrução Normativa SLTI/MP nº 05 de 07 de novembro de 2013 e alterações posteriores. Margem de preferência nas contratações públicas. Contratos de repasse. Convênios. Termos de cooperação. Acordos, em sentido amplo, celebrados pela administração pública federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas. Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507/2011 e atualizações posteriores. Diretrizes da Comissão Gestora do SICONS.....	78
Serviços públicos. Concessão, permissão e autorização de serviços públicos. Parcerias público-privadas....	111
Bens públicos. Regime jurídico. Classificações. Uso de bens públicos por particulares. Uso privativo dos bens públicos.....	128
Intervenção do Estado na propriedade privada.....	133
Responsabilidade civil do Estado.....	135
Controle da administração pública.....	140
Sistemas administrativos.....	149
Ética Profissional do Servidor Público. Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal. Conflito de Interesses no Serviço Público.....	150
Acesso à Informação em âmbito federal. Política de Segurança da Informação no âmbito da Receita Federal do Brasil.....	166



# RECEITA FEDERAL

Auditor Fiscal

A apostila preparatória é elaborada antes da publicação do Edital Oficial com base no edital anterior, para que o aluno antecipe seus estudos.

Volume II

JN027-NO-B

Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.  
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo [sac@novaconcursos.com.br](mailto:sac@novaconcursos.com.br).

## **OBRA**

Receita Federal do Brasil

Auditor Fiscal

Atualizada até 01/2020

## **AUTORES**

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco  
Espanhol - Profª Katiuska W. Burgos General  
Inglês - Profª Katiuska W. Burgos General  
Raciocínio Lógico-Quantitativo - Profº Bruno Chieregatti e Joao de Sá Brasil  
Administração Geral - Profª Silvana Guimarães  
Administração Pública - Profº Fernando Zantedeschi  
Direito Constitucional - Profº Ricardo Razaboni  
Direito Administrativo - Profº Fernando Zantedeschi e Profª Bruna Pinotti  
Direito Tributário - Profª Mariela Cardoso  
Auditoria - Profª Silvana Guimarães  
Contabilidade Geral E Avançada - Profª Tatiana Carvalho  
Legislação Tributária - Profº Rodrigo Gonçalves  
Comércio Internacional - Profª Mariela Cardoso  
Legislação Aduaneira - Profª Mariela Cardoso

## **PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO**

Roberth Kairo  
Josiane Sarto  
Aline Mesquita  
Leandro Filho

## **DIAGRAMAÇÃO**

Rodrigo Bernardes de Moura  
Thais Regis

## **CAPA**

Joel Ferreira dos Santos



[www.novaconcursos.com.br](http://www.novaconcursos.com.br)

[sac@novaconcursos.com.br](mailto:sac@novaconcursos.com.br)

# APRESENTAÇÃO

## PARABÉNS! ESTE É O PASSAPORTE PARA SUA APROVAÇÃO.

A Nova Concursos tem um único propósito: mudar a vida das pessoas.

Vamos ajudar você a alcançar o tão desejado cargo público.

Nossos livros são elaborados por professores que atuam na área de Concursos Públicos. Assim a matéria é organizada de forma que otimize o tempo do candidato. Afinal corremos contra o tempo, por isso a preparação é muito importante.

Aproveitando, convidamos você para conhecer nossa linha de produtos "Cursos online", conteúdos preparatórios e por edital, ministrados pelos melhores professores do mercado.

Estar à frente é nosso objetivo, sempre.

Contamos com índice de aprovação de 87%\*.

O que nos motiva é a busca da excelência. Aumentar este índice é nossa meta.

Acesse **www.novaconcursos.com.br** e conheça todos os nossos produtos.

Oferecemos uma solução completa com foco na sua aprovação, como: apostilas, livros, cursos online, questões comentadas e treinamentos com simulados online.

Desejamos-lhe muito sucesso nesta nova etapa da sua vida!

Obrigado e bons estudos!

\*Índice de aprovação baseado em ferramentas internas de medição.

## CURSO ONLINE



### PASSO 1

Acesse:

[www.novaconcursos.com.br/passaporte](http://www.novaconcursos.com.br/passaporte)



### PASSO 2

Digite o código do produto no campo indicado no site.

O código encontra-se no verso da capa da apostila.

\*Utilize sempre os 8 primeiros dígitos.

**Ex: JN001-19**



### PASSO 3

Pronto!

Você já pode acessar os conteúdos online.



# SUMÁRIO

## DIREITO TRIBUTÁRIO

Competência Tributária. Limitações Constitucionais do Poder de Tributar. Imunidades. Princípios Constitucionais Tributários. Conceito e Classificação dos Tributos.....	01
Tributos de Competência da União. Imposto sobre a Importação. Imposto sobre a Exportação. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural. Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Imposto sobre Produtos Industrializados. Imposto sobre Operações Financeiras.....	06
Contribuições Sociais. Contribuição para o Pis/Pasep. 5.2. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art.11 da Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991, e as instituídas a título de substituição. Contribuições por lei devidas a terceiros (art.3º, § 1º, da Lei n. 11.457, de 16 de março de 2007). Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico.....	10
Tributos de Competência dos Estados. Tributos de Competência dos Municípios.....	12
Simples.....	14
Legislação Tributária. Constituição Emendas à Constituição. Leis Complementares. Leis Ordinárias. Leis Delegadas. Medidas Provisórias. Tratados Internacionais. Decretos. Resoluções. Decretos. Legislativos.Convênios Normas Complementares. Vigência da Legislação Tributária. Aplicação da Legislação Tributária. Interpretação e Integração da Legislação Tributária.....	17
Obrigações Tributárias Principais e Acessórias. Fato Gerador da Obrigação Tributária. Sujeição Ativa e Passiva. Solidariedade. Capacidade Tributária. Domicílio Tributário. Responsabilidade Tributária. Conceito. Responsabilidade dos Sucessores. Responsabilidade de Terceiros. Responsabilidade por Infrações.....	21
Crédito Tributário. Conceito. Constituição do Crédito Tributário. Lançamento. Modalidades de Lançamento. Hipóteses de alteração do lançamento. Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário. Modalidades. Extinção do Crédito Tributário. Modalidades. Pagamento Indevido. Exclusão do Crédito Tributário. Modalidades. Garantias e Privilégios do Crédito Tributário.....	25
Administração Tributária. Fiscalização. Dívida Ativa. Certidões Negativas.....	36
Seguridade social. Conceituação. Organização e princípios constitucionais. Regime Geral de Previdência Social. Segurados obrigatórios. Conceito, características e abrangência: empregado, empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso, segurado especial. Segurado facultativo: conceito, características. Empresa e empregador doméstico: conceito previdenciário. Financiamento da seguridade social. Receitas da União. Receitas das contribuições sociais: dos segurados, das empresas, do empregador doméstico, do produtor rural, do clube de futebol profissional, sobre a receita de concursos de prognósticos, receitas de outras fontes. Salário-de-contribuição. Conceito. Parcelas integrantes e parcelas não-integrantes. Arrecadação e recolhimento das contribuições destinadas à seguridade social. 29.4.1. Obrigações da empresa e demais contribuintes. Prazo de recolhimento. Recolhimento fora do prazo: juros, multa e atualização monetária. Obrigações acessórias. Retenção e Responsabilidade solidária: conceitos, natureza jurídica e características.....	43

## AUDITORIA

Normas vigentes de auditoria independente, emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.....	01
Conceitos de auditoria e sobre a pessoa do auditor.....	01
Responsabilidade legal.....	10
Ética profissional.....	10
Objetivos gerais do auditor independente.....	15
Concordância com os termos do trabalho de auditoria independente.....	17
Documentação de auditoria.....	20

# SUMÁRIO

Controle de qualidade da auditoria de Demonstrações Contábeis.....	22
Fraudes e a Responsabilidade do Auditor.....	24
Planejamento da Auditoria.....	26
Avaliação das distorções Identificadas.....	29
Execução dos trabalhos de auditoria.....	32
Materialidade e Relevância no planejamento e na execução dos trabalhos de auditoria.....	32
Auditoria de estimativas Contábeis.....	36
Evidenciação.....	40
Amostragem.....	43
Utilização de trabalhos da auditoria interna.....	45
Independência nos trabalhos de auditoria.....	49
Relatórios de Auditoria.....	52
Eventos subsequentes.....	60
Normas e Procedimentos de Auditoria emitidas pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.....	64
Auditoria no Setor Público Federal.....	65
Finalidades e objetivos da auditoria governamental.....	65
Abrangência de atuação.....	65
Formas e tipos.....	65
Normas relativas a execução dos trabalhos.....	65

## CONTABILIDADE GERAL E AVANÇADA

Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).....	01
Patrimônio: componentes patrimoniais, ativo, passivo e situação líquida. Equação fundamental do patrimônio....	16
Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais.....	19
Sistema de contas, contas patrimoniais e de resultado. Plano de contas.20.....	
Escrituração: conceito e métodos; partidas dobradas; lançamento contábil – rotina, fórmulas; processos de escrituração.....	22
Provisões Ativas e Passivas, tratamento das Contingências Ativas e Passivas.....	25
Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.....	35
Ativos: estrutura, grupamentos e classificações, conceitos, processos de avaliação, registros contábeis e evidenciações.....	41
Passivos: conceitos, estrutura e classificação, conteúdo das contas, processos de avaliação, registros contábeis e evidenciações.....	42
Patrimônio líquido: capital social, adiantamentos para aumento de capital, ajustes de avaliação patrimonial, ações em tesouraria, prejuízos acumulados, reservas de capital e de lucros, cálculos, constituição, utilização, reversão, registros contábeis e formas de evidenciação.....	43
Balancete de verificação: conceito, forma, apresentação, finalidade, elaboração.....	46
Ganhos ou perdas de capital: alienação e baixa de itens do ativo.....	47

# SUMÁRIO

Tratamento das Participações Societárias, conceito de coligadas e controladas, definição de influência significativa, métodos de avaliação, cálculos, apuração do resultado de equivalência patrimonial, tratamento dos lucros não realizados, recebimento de lucros ou dividendos de coligadas e controladas, contabilização.....	47
Apuração e tratamento contábil da mais valia, do goodwill e do deságio: cálculos, amortizações e forma de evidenciação .....	58
Redução ao valor recuperável, mensuração, registro contábil, reversão.....	60
Tratamento das Depreciações, amortização e exaustão, conceitos, determinação da vida útil, forma de cálculo e registros.....	61
Tratamentos de Reparo e conservação de bens do ativo, gastos de capital versus gastos do período. ....	62
Debêntures, conceito, avaliação e tratamento contábil.....	63
Tratamento das partes beneficiárias.....	63
Operações de Duplicatas descontadas, cálculos e registros contábeis.....	64
Operações financeiras ativas e passivas, tratamento contábil e cálculo das variações monetárias, das receitas e despesas financeiras, empréstimos e financiamentos: apropriação de principal, juros transcorridos e a transcorrer e tratamento técnico dos ajustes a valor presente.....	65
Despesas antecipadas, receitas antecipadas.....	69
Folha de pagamentos: cálculos, tratamento de encargos e contabilização.....	70
Passivo atuarial, depósitos judiciais, definições, cálculo e forma de contabilização.....	70
Operações com mercadorias, fatores que alteram valores de compra e venda, forma de registro e apuração do custo das mercadorias ou dos serviços vendidos.....	83
Tratamento de operações de arrendamento mercantil.....	85
Ativo Não Circulante Mantido para Venda, Operação Descontinuada e Propriedade para Investimento, conceitos e tratamento contábil.....	87
Ativos Intangíveis, conceito, apropriação, forma de avaliação e registros contábeis.....	100
Tratamento dos saldos existentes do ativo diferido e das Reservas de Reavaliação. ....	120
Apuração do Resultado, incorporação e distribuição do resultado, compensação de prejuízos, tratamento dos dividendos e juros sobre capital próprio, transferência do lucro líquido para reservas, forma de cálculo, utilização e reversão de Reservas. ....	121
Conjunto das Demonstrações Contábeis, obrigatoriedade de apresentação e elaboração de acordo com a Lei n. 6.404/76 e suas alterações e as Normas Brasileiras de Contabilidade atualizadas. ....	123
Balanço Patrimonial: obrigatoriedade, apresentação; conteúdo dos grupos e subgrupos.....	157
Demonstração do Resultado do Exercício, estrutura, evidenciação, características e elaboração. ....	162
Apuração da receita líquida, do lucro bruto e do resultado do exercício, antes e depois da provisão para o Imposto sobre Renda, contribuição social e participações.....	163
Demonstração do Resultado Abrangente, conceito, conteúdo e forma de apresentação.....	166
Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, conceitos envolvidos, forma de apresentação e conteúdo....	169
Demonstração do Fluxo de Caixa: obrigatoriedade de apresentação, conceitos, métodos de elaboração e forma de apresentação. ....	170
Demonstração do Valor Adicionado – DVA: conceito, forma de apresentação e elaboração.....	172
Mensuração a Valor justo e apuração dos ativos líquidos – conceitos envolvidos, cálculos e apuração e tratamento contábil.....	182
Subvenção e Assistência Governamentais – conceitos, tratamento contábil, avaliação e evidenciação.....	221
Análise das Demonstrações. Análise horizontal e indicadores de evolução. Índices e quocientes financeiros de estrutura, liquidez, rentabilidade e econômicos.....	226

# SUMÁRIO

## LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.....	01
Critérios orientadores. Renda e Proventos. Conceito. Disponibilidade Econômica ou jurídica. Acréscimo patrimonial.....	01
Tributação das pessoas físicas. Incidência. Rendimento. Rendimento Tributável. Rendimentos isentos ou não tributáveis. 1.2.5. Tributação exclusiva. Deduções. Contribuintes. Responsáveis.....	02
Domicílio Fiscal. Base de cálculo. Alíquotas. Lançamento. Cálculo do tributo. Sistema de bases correntes.....	04
Período de apuração. Recolhimento mensal obrigatório (carnê-leão). Recolhimento Complementar. Tributação Definitiva.....	05
Tributação das pessoas jurídicas. Incidência. Contribuintes. Responsáveis. Domicílio Fiscal. Base de cálculo.....	12
Receitas e rendimentos. Omissão de receita. Ganhos de capital. Despesas dedutíveis e indedutíveis. Remuneração de administradores.....	13
Lucro real. Lucro presumido. Lucro arbitrado. Lucros, rendimentos e ganhos de capital obtidos no exterior. Preço de transferência. Investimentos em sociedades coligadas e controladas avaliados pelo método do patrimônio líquido. Reorganizações societárias. Gratificações e participações nos lucros.....	14
Atividade rural. Sociedades cooperativas. Isenções e reduções. Imunidades. Tributação na fonte. Tributação das operações financeiras. Período de apuração. Regime de caixa e regime de competência. Alíquotas e adicional.....	16
Lançamento. Planejamento tributário. Livros Fiscais.....	18
Imposto sobre Produtos Industrializados. Bens de capital. Incidência. Industrialização. Conceito. Características e modalidades de industrialização. Exclusões. Contribuintes. Responsáveis. Estabelecimentos Industriais e equiparados. Domicílio.....	19
Base de cálculo. Valor tributável. Créditos. Não Tributados. Suspensão. Isenção. Redução e majoração do imposto. Período de apuração. Apuração do imposto. IPI na importação. Crédito presumido.....	21
Classificação de produtos. Regimes fiscais. Lançamento. Recolhimento. Rotulagem e marcação de produtos. Selos de controle. Obrigações dos transportadores, adquirentes e depositários de produtos.....	23
Registro Especial. Cigarros. Bebidas. Produtos industrializados por encomenda.....	24

## COMÉRCIO INTERNACIONAL

Políticas comerciais. Protecionismo e livre cambismo. Políticas comerciais estratégicas. Comércio internacional e desenvolvimento econômico. Barreiras tarifárias. Modalidades de Tarifas. Formas de protecionismo não tarifário.....	01
A Organização Mundial do Comércio (OMC): textos legais, estrutura, funcionamento. O Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio (GATT-1994); princípios básicos e objetivos. O Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS). Princípios básicos, objetivos e alcance.....	02
Sistemas preferenciais. O Sistema Geral de Preferências (SGP). O Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC).....	17
Integração comercial: zona de preferências tarifárias; área de livre comércio; união aduaneira. Acordos regionais de comércio e a Organização Mundial de Comércio (OMC): o Artigo 24º do GATT; a Cláusula de Habilitação. Integração comercial nas Américas: ALALC, ALADI, MERCOSUL, Comunidade Andina de Nações; o Acordo de Livre Comércio da América do Norte; CARICOM.....	18
MERCOSUL. Objetivos e estágio atual de integração. Estrutura institucional e sistema decisório. Tarifa externa comum: aplicação; principais exceções. Regras de origem.....	24

# SUMÁRIO

Práticas desleais de comércio. Defesa comercial. Medidas Antidumping, medidas compensatórias e salvaguardas comerciais. ....	25
Sistema administrativo e instituições intervenientes no comércio exterior no Brasil. A Câmara de Comércio Exterior (CAMEX). Receita Federal do Brasil. Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). O Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX). Banco Central do Brasil (BACEN). Ministério das Relações Exteriores (MRE).....	26
Classificação aduaneira. Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH). Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM).....	29
Contratos de Comércio Internacional. A Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias. ....	31
Exportações. Incentivos fiscais às exportações .....	44
Importações. Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico. Combustíveis: fato gerador, incidência e base de cálculo .....	48
Termos Internacionais de Comércio (INCOTERMS 2010). ....	50
Regimes aduaneiros.....	52

## LEGISLAÇÃO ADUANEIRA

Jurisdição Aduaneira. Território Aduaneiro. Portos, Aeroportos e Pontos e Fronteira Alfandegados. Alfandegamento. Recintos Alfandegados. Administração Aduaneira.....	01
Controle Aduaneiro de Veículos. ....	04
Tributos Incidentes sobre o Comércio Exterior. Regramento Constitucional e Legislação Específica. Produtos, Bens e Mercadorias. Produtos Estrangeiros, Produtos Nacionais, Nacionalizados e Desnacionalizados. ....	07
Imposto de Importação. Sujeitos Ativo e Passivo. Incidência. Fato Gerador. Base de Cálculo. Alíquotas. Tributação de Mercadorias não Identificadas. Regime de Tributação Simplificada. Regime de Tributação Especial. Regime de Tributação Unificada. Pagamento; Restituição e Compensação. Isenções e Reduções do Imposto de Importação. Imunidades do Imposto de Importação e Controle exercido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Reimportação. Similaridad .....	16
Imposto de Exportação. Sujeitos Ativo e Passivo. Incidência. Fato Gerador. Base de Cálculo. Alíquotas. Pagamento. Incentivos Fiscais na Exportação.....	26
Imposto Sobre Produtos Industrializados vinculado à Importação. Sujeitos Ativo e Passivo. Incidência e Fato Gerador. Base de Cálculo e Alíquotas. Isenções. Imunidades. Suspensão do Pagamento do Imposto.....	31
Contribuição para o PIS/PASEP Importação e COFINS Importação. Sujeitos Ativo e Passivo. Incidência e Fato Gerador. Base de Cálculo. Isenções. . Suspensão do Pagamento e Redução de Alíquotas (Programas Específicos e seu Regramento).....	34
Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação vinculado à Importação. Sujeitos Ativo e Passivo. Fato Gerador. Alíquotas. Isenções e Imunidades. Pagamento do Imposto e Controle pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.....	51
Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) e Taxa Mercante. ....	57
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE Combustíveis/Importação.....	63
Procedimentos Gerais de Importação e de Exportação. Atividades Relacionadas aos Serviços Aduaneiros. Despacho Aduaneiro de Importação e Despacho Aduaneiro de Exportação. Disposições Gerais. Modalidades. Documentos que os Instruem. Casos Especiais de Importação e de Exportação Previstos na Legislação. Espécies de Declaração de Importação e de Declaração de Exportação. Declaração de Importação. Conferência e Desembaraço na Importação e na Exportação. Cancelamento da Declaração de Importação e da Declaração de Exportação. Lançamento dos Impostos Incidentes sobre a Importação .....	66



# SUMÁRIO

Regimes Aduaneiros Especiais e Regimes Aduaneiros aplicados em Áreas Especiais. Disposições Gerais e Específicas de cada Regime e de cada Área.....	81
Bagagem e Regime Aduaneiro de Bagagem no MERCOSUL.....	87
Mercadoria Abandonada.....	92
Avaria; Extravio e Acréscimo de Mercadorias. Responsabilidade Fiscal pelo Extravio.....	95
Termo de Responsabilidade. ....	101
Infrações e Penalidades previstas na Legislação Aduaneira. ....	102
Pena de Perdimento. Natureza Jurídica. Hipóteses de Aplicação. Limites. Processo/Procedimento de Perdimento. Processo de Aplicação de Penalidades pelo Transporte Rodoviário de Mercadoria Sujeita a Pena de Perdimento. Aplicação de Multas na Importação e na Exportação.....	104
Intervenientes nas Operações de Comércio Exterior. Sanções Administrativas a que estão sujeitos os Intervenientes nas Operações de Comércio Exterior e o Processo de sua Aplicação. ....	109
Representação Fiscal para Fins Penais. ....	110
Procedimentos Especiais de Controle Aduaneiro. ....	116
Destinação de Mercadorias. ....	118
Subfaturamento e Retenção de Mercadorias. Valoração Aduaneira. ....	120
Legislação Aduaneira aplicável ao MERCOSUL. ....	122
Internalização da Legislação Aduaneira Aplicável ao MERCOSUL. ....	128
Disposições Constitucionais Relativas à Administração e Controle sobre Comércio Exterior. ....	148
Contrabando, Descaminho e Princípio da Insignificância.....	154
SISCOSERV e SISCOMEX. ....	155
Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	156
	158

# ÍNDICE

## DIREITO ADMINISTRATIVO

Conceito de administração pública sob os aspectos orgânico, formal e material.....	01
Fontes do Direito Administrativo: doutrina e jurisprudência, lei formal, regulamentos administrativos, estatutos e regulamentos, instruções, tratados internacionais, costumes. Princípios da administração pública.....	03
Administração pública direta e indireta. Órgãos e entidades. Centralização e descentralização da atividade administrativa do Estado. Empresas públicas e sociedades de economia mista. Subsidiárias. Participação do Estado no capital de empresas privadas. Autarquias e fundações públicas. Consórcios públicos.....	09
Terceiro Setor.....	18
Agentes públicos. Servidores públicos em sentido amplo e em sentido restrito. Servidores públicos temporários. Servidores públicos federais estatutários. Empregados públicos.....	20
Disciplina constitucional dos agentes públicos. Legislação federal aplicável aos agentes públicos.....	20
Improbidade administrativa.....	39
Atos administrativos. Requisitos de validade. Atributos. Classificações. Convalidação. Extinção. Atos privados praticados pela administração pública. Fatos administrativos.....	52
O processo administrativo em âmbito federal.....	61
Poderes administrativos.....	71
Licitações públicas e contratos administrativos. Sistema de Registro de Preços. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores. Pregão presencial e eletrônico e demais modalidades de licitação. Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 2008 e atualizações posteriores. Contratação de micro empresas e empresas de pequeno porte. Regime diferenciado de contratações públicas, Instrução Normativa SLTI/MP nº 05 de 07 de novembro de 2013 e alterações posteriores. Margem de preferência nas contratações públicas. Contratos de repasse. Convênios. Termos de cooperação. Acordos, em sentido amplo, celebrados pela administração pública federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas. Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507/2011 e atualizações posteriores. Diretrizes da Comissão Gestora do SICONV	78
Serviços públicos. Concessão, permissão e autorização de serviços públicos. Parcerias público-privadas.....	111
Bens públicos. Regime jurídico. Classificações. Uso de bens públicos por particulares. Uso privativo dos bens públicos...	128
Intervenção do Estado na propriedade privada.....	133
Responsabilidade civil do Estado.....	135
Controle da administração pública.....	140
Sistemas administrativos.....	149
Ética Profissional do Servidor Público. Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal. Conflito de Interesses no Serviço Público.....	150
Acesso à Informação em âmbito federal. Política de Segurança da Informação no âmbito da Receita Federal do Brasil	166

## CONCEITO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOB OS ASPECTOS ORGÂNICO, FORMAL E MATERIAL.

### Estado: conceito, elementos e natureza

“O conceito de Estado varia segundo o ângulo em que é considerado. Do ponto de vista sociológico, é corporação territorial dotada de um poder de mando originário; sob o aspecto político, é comunidade de homens, fixada sobre um território, com potestade superior de ação, de mando e de coerção; sob o prisma constitucional, é pessoa jurídica territorial soberana; na conceituação do nosso Código Civil, é pessoa jurídica de Direito Público Interno (art. 14, I). Como ente personalizado, o Estado tanto pode atuar no campo do Direito Público como no do Direito Privado, mantendo sempre sua única personalidade de Direito Público, pois a teoria da dupla personalidade do Estado acha-se definitivamente superada. O Estado é constituído de três elementos originários e indissociáveis: Povo, Território e Governo soberano. Povo é o componente humano do Estado; Território, a sua base física; Governo soberano, o elemento condutor do Estado, que detém e exerce o poder absoluto de autodeterminação e auto-organização emanado do Povo. Não há nem pode haver Estado independente sem Soberania, isto é, sem esse poder absoluto, indivisível e incontrastável de organizar-se e de conduzir-se segundo a vontade livre de seu Povo e de fazer cumprir as suas decisões inclusive pela força, se necessário. A vontade estatal apresenta-se e se manifesta através dos denominados Poderes de Estado. Os Poderes de Estado, na clássica tripartição de Montesquieu, até hoje adotada nos Estados de Direito, são o Legislativo, o Executivo e o judiciário, independentes e harmônicos entre si e com suas funções reciprocamente indelegáveis (CF, art. 2º). A organização do Estado é matéria constitucional no que concerne à divisão política do território nacional, a estruturação dos Poderes, à forma de Governo, ao modo de investidura dos governantes, aos direitos e garantias dos governados. Após as disposições constitucionais que moldam a organização política do Estado soberano, surgem, através da legislação complementar e ordinária, e organização administrativa das entidades estatais, de suas autarquias e entidades paraestatais instituídas para a execução desconcentrada e descentralizada de serviços públicos e outras atividades de interesse coletivo, objeto do Direito Administrativo e das modernas técnicas de administração”<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros, 1993.



### #FicaDica

Conceito de Estado

Conceito sociológico: corporação territorial que possui um poder de mando originário.

Conceito político: comunidade de homens situada num território, com poder superior de ação, de mando e de coerção.

Conceito constitucional: pessoa jurídica territorial soberana.

Conceito civil: pessoa jurídica de Direito Público Interno.

Em termos históricos, o Estado Moderno passou por fases que implicaram na definição de três modelos estatais.

Inicialmente, o Estado se erige na forma de um Estado Absoluto, no qual o poder é exercido por um soberano de forma ilimitada. No decorrer das Revoluções que despontaram na Europa – Gloriosa e Francesa – e na própria América – Independência Norte-americana, surgem demandas por um modelo de Estado que interferisse menos na vida do indivíduo, permitindo o exercício de liberdades individuais e do direito de propriedade, além de outros direitos civis, bem como a participação popular na tomada de decisões, na forma de direitos políticos: nasce o modelo do Estado Liberal.

Num momento posterior, quando se experimentaram os reflexos da revolução industrial e do pós-guerra, bem como da própria reestruturação dos modelos econômicos capitalista e socialista, surgem demandas classistas na busca da retomada da intervenção do Estado na economia e nas relações trabalhistas, assegurando equilíbrio na exploração econômica por parte daqueles que detinham o poder econômico: surge então o Estado Social.

Adiante, especialmente após a crise de 1929 e o fim da 2ª Guerra Mundial, surge a necessidade de coadunar tais ideais, focando não apenas no indivíduo, mas também nas demandas coletivas da sociedade: surge o Estado Democrático de Direito, uma resposta concomitante à frieza liberal quanto ao indivíduo e ao déficit democrático do Estado Social, intensificando-se a participação popular no poder.



### #FicaDica

Modelos de Estado

Estado Liberal – não intervencionista, liberdades negativas, direitos individuais.

Estado Social – intervencionista, bem-estar social, liberdades positivas, direitos sociais.

Estado Democrático de Direito – intervencionista moderado, participação popular intensificada, abertura e transparência da Administração.

Com efeito, o Estado é uma organização dotada de personalidade jurídica que é composta por povo, território e soberania. Logo, possui homens situados em determinada localização e sobre eles e em nome deles exerce poder. É dotado de personalidade jurídica, isto é, possui

a aptidão genérica para adquirir direitos e contrair deveres. Nestes moldes, o Estado tem natureza de pessoa jurídica de direito público.

Destaca-se o artigo 41 do Código Civil:

*Art. 41. São pessoas jurídicas de direito público interno:*

*I - a União;*

*II - os Estados, o Distrito Federal e os Territórios;*

*III - os Municípios;*

*IV - as autarquias;*

*V - as demais entidades de caráter público criadas por lei.*

*Parágrafo único. Salvo disposição em contrário, as pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, regem-se, no que couber, quanto ao seu funcionamento, pelas normas deste Código.*

Nestes moldes, o Estado é pessoa jurídica de direito público interno. Mas há características peculiares distintivas que fazem com que afirmá-lo apenas como pessoa jurídica de direito público interno seja correto, mas não suficiente. Pela peculiaridade da função que desempenha, o Estado é verdadeira pessoa administrativa, eis que concentra para si o exercício das atividades de administração pública.

A expressão pessoa administrativa também pode ser colocada em sentido estrito, segundo o qual seriam pessoas administrativas aquelas pessoas jurídicas que integram a administração pública sem dispor de autonomia política (capacidade de auto-organização). Em contraponto, pessoas políticas seriam as pessoas jurídicas de direito público interno – União, Estados, Distrito Federal e Municípios.



#### #FicaDica

Elementos do Estado: povo + território + soberania

Natureza: pessoa jurídica de direito público / pessoa administrativa

Fim: proteção do interesse coletivo

#### Estado, Governo e Administração: conceitos, aspectos organizacionais

Trata-se de pessoa jurídica, e não física, porque o Estado não é uma pessoa natural determinada, mas uma estrutura organizada e administrada por pessoas que ocupam cargos, empregos e funções em seu quadro.

Logo, pode-se dizer que o Estado é uma ficção, eis que não existe em si, mas sim como uma estrutura organizada pelos próprios homens.

É de direito público porque administra interesses que pertencem a toda sociedade e a ela respondem por desvios na conduta administrativa, de modo que se sujeita a um regime jurídico próprio, que é objeto de estudo do direito administrativo.

Em face da organização do Estado, e pelo fato deste assumir funções primordiais à coletividade, no interesse desta, fez-se necessário criar e aperfeiçoar um sistema jurídico que fosse capaz de reger e viabilizar a execução de tais funções, buscando atingir da melhor maneira possível o interesse público visado.

Tal papel é atribuído à Administração, que no âmbito executivo tem sua função máxima exercida pelo Governo.

A execução de funções exclusivamente administrativas constitui, assim, o objeto do Direito Administrativo, ramo do Direito Público. A função administrativa é toda atividade desenvolvida pela Administração (Estado) representando os interesses de terceiros, ou seja, os interesses da coletividade.

Devido à natureza desses interesses, são conferidos à Administração direitos e obrigações que não se estendem aos particulares. Logo, a Administração encontra-se numa posição de superioridade em relação a estes.

Importante, neste ponto, frisar a diferença entre as formas de gestão quando se está diante da execução do interesse público – situação do Estado e da Administração – e quando se está diante de interesse privado. A gestão pública sempre deve assumir a feição de permitir ao cidadão exercer seus direitos e deveres em sociedade, enquanto que na gestão privada caberá a priorização de atendimento ao cliente.

Não obstante, se, por um lado, o Estado é uno, até mesmo por se legitimar na soberania popular; por outro lado, é necessária a divisão de funções das atividades estatais de maneira equilibrada, o que se faz pela divisão de Poderes, a qual resta assegurada no artigo 2º da Constituição Federal.

A função típica de administrar – gerir a coisa pública e aplicar a lei – é do Poder Executivo; cabendo ao Poder Legislativo a função típica de legislar e ao Poder Judiciário a função típica de julgar. Em situações específicas, será possível que no exercício de funções atípicas o Legislativo e o Judiciário exerçam administração.



#### #FicaDica

Estado – Público – Zela pelo coletivo  
Gestão pública deve ser diferente da gestão privada devido ao interesse especial protegido – a coletividade.

#### Administração pública: sentidos amplo e estrito

Conceito	Sentido amplo	Sentido estrito
<b>Subjetivo, orgânico ou formal</b>	Órgãos governamentais e administrativos	Apenas órgãos administrativos
<b>Objetivo, material ou funcional</b>	Funções políticas e administrativas	Apenas funções administrativas

Por sua vez, conceituando-se administração pública, “em sentido objetivo, material ou funcional, a administração pública pode ser definida como a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico de direito público, para a consecução dos interesses coletivos”; ao passo que “em sentido subjetivo, formal ou orgânico, pode-se definir Administração Pública, como sendo o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas aos quais a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado”<sup>2</sup>. Logo, o sentido objetivo volta-se à atividade administrativa em si, ao passo que o sentido subjetivo se concentra nos órgãos que a exercem.

<sup>2</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 23. ed. São Paulo: Atlas editora, 2010.

Em ambos casos, a distinção do sentido amplo para o restrito está nas espécies de atividades e órgãos que são abrangidos. No sentido amplo, inserem-se as atividades desempenhadas pelos órgãos de alto escalão no âmbito governamental, no exercício de funções essencialmente políticas; além das atividades tipicamente administrativas desempenhadas pelos diversos órgãos que compõem a administração executando seus fins de interesse público. No sentido estrito, excluem-se as atividades políticas, abrangendo-se apenas atividades administrativas.



## EXERCÍCIOS COMENTADOS

**1. (STJ - Analista Judiciário - Administrativa - CESPE/2018).** Tendo em vista as convergências e divergências entre a gestão pública e a gestão privada, julgue o item que se segue.

Tanto na gestão pública quanto na gestão privada é lícito fazer tudo que a lei não proíbe.

( ) CERTO ( ) ERRADO

**Resposta: Errado** - Na gestão privada vigora o princípio da legalidade amplo, o que significa que o particular pode fazer tudo que a lei não proíba. Já na gestão pública, devido aos interesses perseguidos pelo Estado, vigora o princípio da legalidade estrito, o que implica que o Administrador apenas pode fazer aquilo que a lei expressamente permite.

**2. (SEDF - Conhecimentos Básicos - Cargo 2 - CESPE/2017)** Acerca de administração pública, organização do Estado e agentes públicos, julgue o item a seguir.

Não há exclusividade no exercício de suas funções típicas pelos poderes de Estado.

( ) CERTO ( ) ERRADO

**Resposta: Certo** - Dentro dos três Poderes típicos do Estado – Executivo, Legislativo e Judiciário, existem funções típicas, isto é, o Executivo administra, o Legislativo legisla, o Judiciário julga. Em casos excepcionais é possível observar o exercício de funções atípicas dentro de cada um dos Poderes.

**3. (AGU - Advogado da União - CESPE/2004).** Acerca do conceito de administração pública, da teoria do órgão da pessoa jurídica aplicada ao direito administrativo, da concentração e da desconcentração de competências e dos atos e fatos da administração pública, julgue os itens a seguir.

A administração pública, em seu sentido formal, é o conjunto de órgãos instituídos com a finalidade de realizar as opções políticas e os objetivos do governo e, em seu sentido material, é o conjunto de funções necessárias ao serviço público em geral.

( ) CERTO ( ) ERRADO

**Resposta: Certo** - O sentido formal abrange apenas os órgãos administrativos, ou ainda, os órgãos governamentais e administrativos; o sentido material abrange as funções administrativas e num sentido amplo mesmo as funções políticas.

**FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO: DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA, LEI FORMAL, REGULAMENTOS ADMINISTRATIVOS, ESTATUTOS E REGIMENTOS, INSTRUÇÕES, TRATADOS INTERNACIONAIS, COSTUMES. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.**

### Conceito e objeto

“O Direito Administrativo, como sistema jurídico de normas e princípios, somente veio a lume com a instituição do Estado de Direito, ou seja, quando o Poder criador do direito passou também a respeitá-lo. O fenômeno nasce com os movimentos constitucionalistas, cujo início se deu no final do século XVIII. Através do novo sistema, o Estado passava a ter órgãos específicos para o exercício da administração pública e, por via de consequência, foi necessário o desenvolvimento do quadro normativo disciplinador das relações internas da Administração e das relações entre esta e os administrados. Por isso, pode considerar-se que foi a partir do século XIX que o mundo jurídico abriu os olhos para esse novo ramo jurídico, o Direito Administrativo. [...] Com o desenvolvimento do quadro de princípios e normas voltados à atuação do Estado, o Direito Administrativo se tornou ramo autônomo dentre as matérias jurídicas”<sup>3</sup>. Logo, a evolução do Direito Administrativo acompanha a evolução do Estado em si. Conforme a própria noção de limitação de poder ganha forças, surge o Direito Administrativo como área autônoma do Direito apta a regular as relações entre Estado e sociedade.

Neste sentido, “o Direito é tradicionalmente dividido em dois grandes ramos: direito público e direito privado. O direito público tem por objeto principal a regulação dos interesses da sociedade como um todo, a disciplina das relações entre esta e o Estado, e das relações das entidades e órgãos estatais entre si. Tutela ele o interesse público, só alcançando as condutas individuais de forma indireta ou reflexa. [...] Em suma, nas relações jurídicas de direito público o Estado encontra-se em posição de desigualdade jurídica relativamente ao particular, subordinando os interesses deste aos interesses da coletividade, ao interesse público, representados pelo Estado na relação jurídica”<sup>4</sup>. Em se tratando de direito administrativo, se está diante de uma noção de submissão ao interesse público.

“O Direito Administrativo, como novo ramo autônomo, propiciou nos países que o adotaram diversos critérios como foco de seu objeto e conceito. Na França, prevaleceu a ideia de que o objeto desse Direito consistia nas

<sup>3</sup> CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 28. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2015.

<sup>4</sup> ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. 16. ed. São Paulo: Método, 2008.



leis reguladoras da Administração. No direito italiano, a corrente dominante o limitava aos atos do Poder Executivo. Outros critérios foram ainda apontados como foco do Direito Administrativo, como o critério de regulação dos órgãos inferiores do Estado e o dos serviços públicos. À medida, porém, que esse ramo jurídico se desenvolvia, verificou-se que sua abrangência se irradiava para um âmbito maior, de forma a alcançar o Estado internamente e a coletividade a que se destina. Muitos são os conceitos encontrados nos autores modernos de Direito Administrativo. Alguns levam em conta apenas as atividades administrativas em si mesmas; outros preferem dar relevo aos fins desejados pelo Estado. Em nosso entender, porém, o Direito Administrativo, com a evolução que o vem impulsionando contemporaneamente, há de focar-se em dois tipos fundamentais de relações jurídicas: uma, de caráter interno, que existe entre as pessoas administrativas e entre os órgãos que as compõem; outra, de caráter externo, que se forma entre o Estado e a coletividade em geral. Desse modo, sem abdicar dos conceitos dos estudiosos, parece-nos se possa conceituar o Direito Administrativo como sendo o conjunto de normas e princípios que, visando sempre ao interesse público, regem as relações jurídicas entre as pessoas e órgãos do Estado e entre este e as coletividades a que devem servir. De fato, tanto é o Direito Administrativo que regula, por exemplo, a relação entre a Administração Direta e as pessoas da respectiva Administração Indireta, como também a ele compete disciplinar a relação entre o Estado e os particulares participantes de uma licitação, ou entre o Estado e a coletividade, quando se concretiza o exercício do poder de polícia<sup>5</sup>.



#### #FicaDica

Direito administrativo = normas + princípios  
= regulam a relação entre Estado e sociedade  
= ramo do direito público.

#### Fontes

A expressão fonte do direito corresponde aos elementos de formação da ciência jurídica ou de um de seus campos. Quando se fala em fontes do direito administrativo, refere-se aos elementos que serviram de aparato lógico para a formação do direito administrativo.

Fontes diretas: são aquelas que primordialmente influenciam na composição do campo jurídico em estudo, no caso, o direito administrativo. Apontam-se como fontes diretas a Constituição Federal e as leis. Ambas são normas impostas pelo Estado, de observação coativa.

O direito administrativo não se encontra compilado em um único diploma jurídico, isto é, não existe um Código de Direito Administrativo. O que existe é um conjunto de leis e regulamentos diversos que compõem a área. A base legal do direito administrativo, sem dúvidas, vem da Constituição Federal, que trata de princípios do direito administrativo e estabelece a divisão de competências administrativas, entre outras questões. A partir da Constituição, emanam diversas leis que se inserem no campo

5 CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 28. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2015.

do direito administrativo, como a lei de licitações (Lei nº 8.666/1993), a lei do regime jurídico dos servidores públicos civis federais (Lei nº 8.112/1990), a lei do processo administrativo (Lei nº 9.784/1999), a lei dos serviços públicos (Lei nº 8.987/1995), a lei de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992), entre outras.

Inserem-se, ainda, regulamentos administrativos, estatutos e regimentos, instruções, tratados internacionais.

Fontes indiretas: são aquelas que decorrem das fontes diretas ou que surgem paralelamente a elas. Por exemplo, a doutrina e a jurisprudência estabelecem processos de interpretação da norma jurídica, no sentido de que interpretam o que a lei e a Constituição fixam, conferindo rumos para a aplicação das normas do direito administrativo. Já os costumes e os princípios gerais do Direito existiam antes mesmo da elaboração da norma, influenciando em sua gênese e irradiando esta influência em todo o processo de aplicação da lei.



#### #FicaDica

Fontes diretas = CF + leis  
Fontes indiretas = doutrina + jurisprudência  
+ costumes + princípios gerais



## EXERCÍCIOS COMENTADOS

### 1. (PGM/AM - Procurador do Município - CESPE/2018)

Quanto às transformações contemporâneas do direito administrativo, julgue o item subsequente.

Um dos aspectos da constitucionalização do direito administrativo se refere à releitura dos seus institutos a partir dos princípios constitucionais.

( ) CERTO ( ) ERRADO

**Resposta: Certo** - O movimento de constitucionalização, que implica na concepção da Constituição não apenas como o vetor do topo do sistema, mas como o centro de todo ele, irradiando seus princípios por todas as normas infraconstitucionais do sistema, inclusive as do direito administrativo. Assevera, a respeito, Di Pietro no sentido de que a constitucionalização do Direito Administrativo pode ser compreendida sob dois aspectos: um é a elevação, em nível constitucional, de matérias antes tratadas por legislação infraconstitucional; outro é a irradiação das normas constitucionais por todo o sistema jurídico.

### 2. (ABIN - Oficial Técnico de Inteligência - Conhecimentos Gerais - CESPE/2018)

Julgue o item que se segue, a respeito de aspectos diversos relacionados ao direito administrativo.

Entre as fontes de direito administrativo, as normas jurídicas administrativas em sentido estrito são consideradas lei formal e encontram sua aplicabilidade restrita à esfera político-administrativa.

( ) CERTO ( ) ERRADO